

reserva pouco tempo depois, ele foi duramente criticado e acusado de tirar proveito próprio da experiência. “Fui para a reserva por decisão do comando da FAB para que eu pudesse trabalhar melhor em Houston, para favorecer o programa espacial brasileiro”, defende-se Pontes. Mas hoje, com a participação do Brasil na estação internacional congelada, o astronauta ficou de mãos abanando. “Fico na expectativa e isso me incomoda”, diz. Nesta entrevista a ISTOÉ, Pontes critica o modelo adotado pela Agência Espacial Brasileira e diz que o País tem de fazer como os Estados Unidos e integrar a iniciativa privada aos projetos espaciais para que eles não fiquem à mercê de injunções políticas.

ISTOÉ – Em que pé está o programa da estação espacial brasileira?

Marcos Pontes – Está meio parado. Não sei se alguém vai decidir que haverá outra missão espacial. O centro (Johnson Space Center, em Houston, no Texas, onde Pontes trabalha) concentra as agências espaciais de 16 países, além dos Estados Unidos, que participam da estação espacial. Fico lá à disposição da Agência Espacial Brasileira. Mas, enquanto não forem tomadas as decisões finais sobre o projeto em Washington, onde fica o QG da Nasa, não tenho muito o que fazer.

ISTOÉ – Por que parou?

Pontes – Por várias razões. O Brasil entrou na estação espacial internacional em 1997. Tínhamos a responsabilidade de produzir seis partes da estação espacial – placas adaptadoras – e a primeira deveria ser entregue em 2001. Essa entrega acabou sendo adiada para 2003, mas novamente não ocorreu, por uma série de problemas. As quantidades que o Brasil deveria produzir foram reduzidas. Depois, houve a restrição de vôos de ônibus espaciais pela Nasa. Como o Brasil não tinha fornecido nenhuma peça, a Nasa passou a responsabilidade dessas placas para empresas americanas. Agora, estamos

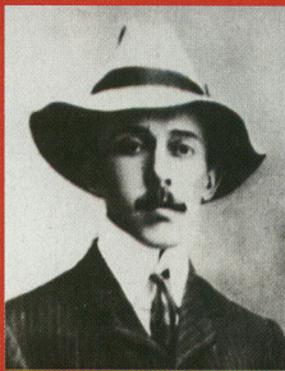
aguardando as decisões dos governos americano e brasileiro. Em termos técnicos, o projeto está congelado. E, para nós, isso aconteceu no pior momento: depois de termos superado problemas de falta de verba, de ameaça de corte do próprio projeto, quando estávamos com tudo na mão, acontece isso. Nunca a situação técnica esteve tão boa: os protótipos já estavam prontos no Senac e poderiam ser passados para a indústria.

ISTOÉ – Sua passagem para a reserva pouco depois da Missão Centenário foi muito criticada. O que o sr. tem a dizer desse episódio?

Pontes – Isso é um fato comum em vários países. O primeiro ponto a se destacar é que astronauta é um cargo civil. É verdade que alguns provêm das Forças Armadas, mas a função de astronauta é completamente civil. Aliás, desde 1998, quando eu estava na Nasa, eu já não exercia nenhuma função militar na FAB. Quando a missão espacial se completou, em 2006, o comandante da Aeronáutica (brigadeiro Luiz Carlos Bueno) achou por bem me passar para a reserva. A idéia do comandante era que eu atuasse junto ao setor público e privado para que ficasse um pouco mais próximo do que acontece nos EUA, no Japão e em outros países desenvolvidos. Isso foi mal interpretado no Brasil. Aliás, eu estava em Houston tentando salvar as peças que o Brasil acabou perdendo quando começaram essas críticas. É engraçado: eu estava trabalhando e algumas pessoas dizendo aqui no Brasil que eu tinha me aposentado. É muito chato.

“

Hoje em dia, muita gente no mundo sabe quem é Santos Dumont por causa da Missão Centenário”



ANTONIO LACERDA/EFE

ISTOÉ – O que esse contato com a Nasa e o programa espacial dos EUA lhe ensinaram?

Pontes – Uma das coisas mais interessantes é a relação entre o setor público e o setor privado na área espacial. No Brasil, na pesquisa e desenvolvimento, essa relação é feita de uma maneira muito arcaica. Imagine o projeto de uma nova tecnologia espacial, um sistema de guiagem de foguete. Como é feito aqui? Toda pesquisa e desenvolvimento é feita e financiada com dinheiro público. Depois que o Estado desenvolve um protótipo, faz-se uma licitação para passá-lo para a indústria privada. É obrigatório por lei que se faça a licitação. Ora, essa lei é muito boa para a construção de prédios, edificações, coisas que não têm nada a ver com

tecnologia avançada. Algumas vezes a empresa que perde a licitação entra na Justiça, como aconteceu no caso da torre de lançamento de foguetes de Alcântara. Aí, temos a morosidade da Justiça. Depois, a empresa olha para o protótipo e diz que não dá para fazer na linha de produção. Volta o projeto para a prancheta e mais tempo é perdido. Gasta-se muito dinheiro e no final o projeto está obsoleto. Tudo isso trava o processo.

ISTOÉ – E como deveria ser feito?

Pontes – Como nos países desenvolvidos. As empresas têm que participar do projeto desde a raiz, elas têm que ser co-autoras do projeto. Em vez de o setor público fazer a pesquisa e desenvolvimento de maneira exclusiva, deveria unir-se às empresas privadas para realizarem o projeto. Nos EUA, por exemplo, para se fazer um novo fogue-